



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SÉTIMA CÂMARA

Mfaa-6

Processo nº. : 10435.000189/98-52
Recurso nº. : 130.224
Matéria : IRPJ E OUTROS - EX.: 1993
Recorrente : TROPITERRA SERVIÇOS AGRÍCOLAS E MECANIZAÇÃO LTDA
Recorrida : DRJ-RECIFE/PE
Sessão de : 16 DE SETEMBRO DE 2004
Acórdão nº. : 107-07.773

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL - PRELIMINAR DE DECADÊNCIA – O direito de a Fazenda Nacional constituir o crédito tributário decaiu após cinco anos contados a partir da notificação do lançamento primitivo ou do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado. Ocorre a figura da decadência quando a autoridade autuante promove a lavratura de novo auto de infração, com base no inciso II do artigo 173 do CTN, tendo, porém, alterado a matéria tributável e a base de cálculo da exigência.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por TROPITERRA SERVIÇOS AGRÍCOLAS E MECANIZAÇÃO LTDA.

ACORDAM os Membros da Sétima Câmara do Primeiro Conselho Contribuintes, por unanimidade de votos, ACOLHER a preliminar de decadência do IRPJ, Pis e IRRF e, por maioria de votos, ACOLHER a preliminar de decadência com relação à CSL, Finsocial e Cofins. Vencidos os conselheiros Luiz Martins Valero Albertina Silva Santos de Lima e Marcos Vinicius Neder de Lima, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

MARCOS VINICIUS NEDER DE LIMA
PRESIDENTE

NATANAEL MARTINS
RELATOR

FORMALIZADO EM: 17 NOV 2004



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
SÉTIMA CÂMARA

Processo nº. : 10435.000189/98-52
Acórdão nº. : 107-07.773

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros NEICYR DE ALMEIDA, HUGO CORREIA SOTERO, OCTAVIO CAMPOS FISCHER e CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES.

A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized 'K' or a similar character.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SÉTIMA CÂMARA

Processo nº. : 10435.000189/98-52

Acórdão nº. : 107-07.773

Recurso nº. : 130.224

Recorrente : TROPITERRA SERVIÇOS AGRÍCOLAS E MECANIZAÇÃO LTDA.

RELATÓRIO

Trata-se de retorno de diligência determinada por esta Câmara, em sessão de 09/07/2002, nos termos da Resolução nº 107-0.412, tendo em vista que a recorrente recebera a Notificação de Lançamento por irregularidades encontradas na Malha Fazenda, a qual foi anulada de ofício pela autoridade julgadora de primeira instância, porque emitida em desacordo com as normas da IN SRF nº 54/97.

Dessa forma, tendo em vista que nos autos do processo não constavam a Notificação de Lançamento e a Decisão que a anulou, documentos imprescindíveis para o deslinde do presente, baixaram os autos para que a repartição de origem acostasse os referidos documentos.

É o relatório.

A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized 'K' or 'V' shape, is located in the bottom right corner of the page.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
SÉTIMA CÂMARA

Processo nº. : 10435.000189/98-52
Acórdão nº. : 107-07.773

V O T O

Conselheiro NATANAEL MARTINS, Relator

O recurso é tempestivo. Dele tomo conhecimento.

Após o cumprimento da Resolução nº 107-0.412, retornam os autos a este Colegiado para a devida apreciação do recurso voluntário interposto pela contribuinte.

A presente lide baseia-se, fundamentalmente, na preliminar de decadência, tendo em vista que o lançamento original, realizado por meio da Notificação de Lançamento Suplementar n. 21-01536, referente ao exercício de 1993, ano-calendário de 1992, emitida em 10/04/97, foi declarado nulo pela autoridade de primeira instância, em 16/09/97, em virtude de haver sido constituído em desacordo com o disciplinado na Instrução Normativa SRF nº 54/97.

Posteriormente, em 03/03/98, foram lavrados os auto de infração de IRPJ, fls. 08; PIS/Repix, fls. 15; Finsocial/Faturamento, fls. 20; COFINS, fls. 25; IRFONTE, fls. 30; e CSLL, fls. 37, com a finalidade de reconstituir o crédito tributário anteriormente feito e anulado por vício formal através da decisão proferida pela DRF de Caruaru-PE.

Na notificação de lançamento considerada nula pela autoridade de primeira instância, pelo motivo da falta de identificação e assinatura do autuante, o

A handwritten signature is located in the bottom right corner of the page.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SÉTIMA CÂMARA

Processo nº. : 10435.000189/98-52
Acórdão nº. : 107-07.773

lançamento suplementar fora constituído sob os seguintes fundamentos: “**Isenção Sudene calculada em valor maior do que o amparado pela legislação vigente**”.

Não obstante, no Termo de Verificação e de Encerramento de Ação Fiscal (fls. 43), a autoridade autuante registra a seguinte observação:

“Importante ressaltar que inicialmente esta ação fiscal tinha por objetivo verificar somente as irregularidades encontradas na Malha Fazenda. No entanto, tendo em vista outros indícios encontrados a cada documentação apresentada, fato que resultou várias intimações fiscais, estendemos os nossos exames além do objetivo de verificar as irregularidades encontradas na Malha Fazenda”.

No auto de infração que reconstituiu o crédito tributário, constam as seguintes irregularidades fiscais:

- 1.1) insuficiência de correção monetária de balanço;
- 1.1.1) empréstimo de mútuo com a empresa A. C. Cruz – Conta do ativo n. 1.310.303.0002;
- 1.1.2) adiantamento para futuro aumento de capital Cia. Jacarandá – conta ativa n. 1.310.304.0001;
- 1.2) suprimento de numerário sem a devida comprovação da origem e ingresso dos mesmos;
- 1.3) exclusão do lucro da exploração apurada da base de cálculo da contribuição social;
- 1.4) cálculo indevido do lucro da exploração;



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
SÉTIMA CÂMARA

Processo nº. : 10435.000189/98-52
Acórdão nº. : 107-07.773

Assim, fica evidenciado que o lançamento posterior, objeto da presente lide, possui matéria e valor tributável diferente daquele constante no ato anulado por vício formal.

Dessa forma, o caso em análise não se caracteriza como repetição do ato anulado, porque, se assim fosse, estaria sujeito à contagem do prazo previsto no artigo 173, inciso II, também do CTN, que dispõe:

"Art. 173 - O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos, contados:

I - (...);

II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Parágrafo único. O direito a que se refere este artigo extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento."

O auto de infração de Imposto de Renda e reflexos mantido pela autoridade monocrática foi inovado em relação ao lançamento anulado por vício formal, vindo a ocorrer um novo lançamento e não apenas o refazimento do anterior.

Como visto, não se trata da situação prevista no artigo 173, II, do CTN, que estabelece nova contagem de prazo a partir da data da decisão que houver anulado o lançamento original, pois, na verdade, foi procedido um novo lançamento, diferente daquele anterior e, como tal, não se beneficia da recontagem do prazo decadencial.

A handwritten signature in black ink, appearing to be a stylized 'J' or 'Y' shape, is located in the bottom right corner of the page.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
SÉTIMA CÂMARA

Processo nº. : 10435.000189/98-52
Acórdão nº. : 107-07.773

Dessa forma, tendo em vista a jurisprudência desta Câmara, no que concerne à contagem de prazo de tributos sujeitos a lançamento por homologação, a decadência sem sombra de dúvidas já se operara.

De todo o exposto, voto no sentido de acolher a preliminar de decadência.

Sala das Sessões - DF, em 16 de setembro de 2004.

Natanael Martins
NATANAEL MARTINS